

Oposição bloqueia votações

Fátima Xavier

Um requerimento de urgência-urgentíssima para o projeto de lei do Executivo que determina a criação da Secretaria de Governo já destinada ao ex-senador Jorge Bornhausen (PFL/SC) foi motivo de mais uma racha na Câmara Federal, agora na primeira reunião do ano do novo Colégio de Líderes. O impasse foi provocado pelo líder Genebaldo Correia (BA), no primeiro confronto do PMDB com o Governo, uma semana depois de sua apertada reeleição sob os aplausos do Executivo. Entre outras decisões, os líderes, formais ou não, dos 14 partidos políticos com representação no Congresso Nacional, do Bloco Parlamentar governista (PFL/PRN/PSC) e do Governo, deputado Humberto Souto (PFL/MG), resolveram retirar o caráter de urgência não constitucional de todos os projetos em tramitação na Câmara, inclusive da pauta prioritária para este semestre estabelecida em acordo firmado no final do ano passado.

O líder do Governo já havia obtido a assinatura de oito líderes (Bloco, PDS, PTB, PDC, PTR, PST, PL e PSDB), quando o líder do PMDB não apenas condicionou seu apoio à retirada da urgência do projeto, também do Executivo, que adia para o próximo ano o pagamento dos 147 por cento aos aposentados (precatória), como convenceu o líder do PSDB, José Serra (SP), a retirar sua assinatura. O comportamento do PMDB foi interpretado pelo líder Humberto Souto como "normal" no jogo político. Ele disse que "é preciso acabar com o mito de que o PMDB é aliado do Governo". Para Souto, o maior partido da Câmara vota com a situação quando os interesses coincidem, "mas nunca a ajuda".

"É preciso entender que o PMDB tem uma soma de responsabilidade, como seis governos estaduais inclusive o de São Paulo, que representa 50 por cento do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, mais de mil prefeituras e milhares de vereadores: um projeto, por exemplo, que estimula a competitividade industrial, interessa imediatamente ao governo Fleury (SP)", justificou Souto, garantindo que faltou diálogo na reunião dos líderes, pois o Governo não poderá voltar atrás no caso da precatória. Genebaldo estaria disposto a conversar e Serra lhe teria afirmado que os líderes criaram apenas "um fato

político". Pessoalmente, o líder do PSDB é favorável à criação da Secretaria de Governo. Humberto Souto disse estar animado com o interesse dos novos membros do Colégio de Líderes e vai examinar a solicitação de Nelson Marquezelli (PTB/SP), que pediu a retirada da urgência do projeto sobre mensalidades escolares.

Fortalecido — O Colégio de Líderes se renovou em mais de cinco por cento, deixando de fora veteranos como os deputados Gastone Righi (PTB/SP), José Genófio (PT/SP) e Haroldo Lima (PC do B/BA), substituídos por novatos como Marquezelli e Aldo Rebelo (PC do B), deputados em primeiro mandato, como Eden Pedroso (RS), novo líder do PDT. Ainda que a maioria de suas res-

pectivas eleições tenha dividido as bancadas de muitos dos nove novos líderes, o Colégio de Líderes dá sinal de começar com fôlego e fortalecido com a determinação de qualquer pedido de urgência a ser assinado por líderes devem passar antes pelo Colégio. Inclusive houve a determinação de que os titulares recomendem suas bancadas a evitar a coleta de assinaturas para urgência de um ou outro projeto. Essa prática, que é regimental, vem obstruindo a pauta de votação com matérias não prioritárias, contrariando as determinações das lideranças.

Chamou a atenção, também, a presença de todas as lideranças, formais ou não. Com o registro provisório, até o único membro do Partido Verde, Sidnèy de Miguel, participou da reunião. Eles

no entanto adiaram para o dia 10 a elaboração da pauta do semestre e a ordem de votação dos projetos prioritários, entre outros, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Imposto sobre Grandes Fortunas, a Lei Orgânica dos Partidos (Lopp), a Lei de Imprensa, do Sistema Financeiro Nacional, Código Industrial e modernização de portos, e participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Não se mencionou ao menos qualquer intenção de se apreciar o Emendão, mas estão na pauta os projetos que antecipam o plebiscito sobre regime de governo — e o projeto que estabelece um limite para a remuneração dos vereadores e deputados estaduais — ambas propostas de emendas constitucionais.